

# Investimentos na redução do risco de desastres em África

Dados de 16 exames orçamentais sensíveis ao risco



**SENDAI FRAMEWORK**  
FOR DISASTER RISK REDUCTION 2015-2030





Funded by the European Union

Crédito da fotografia da capa: Fundo Verde do Ruanda. O projecto para Protecção da Bacia Hidrográfica de Akanyaru, no Distrito de Gisagara, no Ruanda, visa aumentar a resiliência ambiental pela prevenção da erosão do solo e dos deslizamentos de terras.

# Índice

<b>Abreviaturas</b>	<b>ii</b>
<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Tendências dos investimentos em RRD nos 16 países africanos</b>	<b>3</b>
O total de investimentos em RRD representa, em média, 4% dos orçamentos nacionais nos 16 países	4
Quanto mais elevada for a função da autoridade de gestão do risco de desastres, maior será o seu orçamento e maior o investimento total em RRD	5
Os investimentos directos em RRD variam de 0,1% a 3,7% dos orçamentos nacionais	6
Os investimentos directos em RRD a nível subnacional desempenham um papel fundamental	6
As proporções de investimentos directos em RRD variam muito entre os 16 países	7
O financiamento externo das actividades de RRD complementa os esforços dos governos nacionais	8
As despesas directas de RRD planeadas centram-se em actividades pré-catástrofe em vez de actividades pós-desastre	9
As actividades pós-desastre são frequentemente cobertas pela assistência humanitária	9
As sobreposições entre os investimentos em RRD e na adaptação às alterações climáticas apelam à criação de coerência entre os quadros internacionais	10
A maior parte dos investimentos directos em RRD está concentrada no sector económico	11
A maioria das despesas indirectas de RRD estão concentradas no sector social	11
<b>Recomendações políticas</b>	<b>13</b>
<b>A via a seguir para os EOSR</b>	<b>14</b>
Utilidade actual dos EOSR e sugestões de melhorias metodológicas	14
<b>Bibliografia</b>	<b>15</b>

# Abreviaturas

<b>AAC</b>	Adaptação às alterações climáticas
<b>GRD</b>	Gestão do risco de desastres
<b>RRD</b>	Redução do Risco de Desastres
<b>MDA</b>	Ministérios, departamentos e agências
<b>APD</b>	Assistência Pública ao Desenvolvimento
<b>CAD OCDE</b>	Comité da Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
<b>EOSR</b>	Exame orçamental sensível ao risco



# Introdução

Em 2018-2019, o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR) realizou exames orçamentais sensíveis ao risco (EOSR) para 16 países africanos. O presente relatório sintetiza as tendências dos investimentos em RRD nos 16 países e identifica as recomendações políticas gerais. O seu objectivo é melhorar a compreensão do orçamento público para a RRD assim como a necessidade de recentrar os recursos financeiros internos e externos baseando-se nas categorias de risco e no ciclo de gestão de risco de desastres (GRD).

Os países incluídos no exame foram Angola, Botsuana, Camarões, Côte d'Ivoire, Guiné Equatorial, Eswatini (Reino de), Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Quênia, Namíbia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Tanzânia (República Unida da) e Zâmbia.

Os EOSR fornecem uma análise dos orçamentos nacionais utilizando dados abrangendo entre três e cinco exercícios financeiros para cada país,<sup>1</sup> excepto para os Camarões, onde apenas são considerados os dados orçamentais de 2019. As análises orçamentais examinaram orçamentos de capital em todos os sectores. No caso das instituições responsáveis pela GRD - autoridades de GRD -, os exames consideraram os orçamentos recorrentes, conforme a disponibilidade e acessibilidade dos dados em cada um dos países<sup>2</sup>. Além disso, os relatórios avaliaram as fontes externas de financiamento da RRD com base nos dados disponíveis nos documentos orçamentais e como nos dados da assistência pública ao desenvolvimento (APD) disponíveis na base de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) durante três anos.

As análises usaram estimativas aprovadas para os exercícios anteriores e os orçamentos previstos para o exercício financeiro mais recente considerado no EOSR. O ideal seria utilizar as despesas reais, uma vez que dariam uma imagem real dos investimentos em RRD, dada a probabilidade que haja variação entre as despesas reais, os orçamentos aprovados e as estimativas orçamentais.

Quando as actividades tiverem sido planeadas com a RRD como principal objectivo, as dotações foram categorizadas como investimentos directos em RRD ("principal") e consideradas a 100% do seu valor. Os projectos e programas governamentais com um objectivo secundário ("significativo") de RRD foram marcados como investimentos indirectos em RRD e ponderados a 40%. As rubricas orçamentais que não foram considerados relevantes para a RRD não foram marcadas e, portanto, não foram consideradas nos exames.

Quando as informações estavam prontamente disponíveis, as análises distinguiram as diversas fontes de financiamento: financiamento de actividades de RRD através da mobilização de recursos internos ou provenientes de fontes externas. Além disso, os relatórios consideraram a APD, para mostrar como certas categorias de risco de desastres são financiadas através da assistência humanitária.

À luz das prioridades do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e orientadas metodologicamente pelo marcador orçamental elaborado pelo Comité de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (CAD OCDE), as linhas orçamentais foram revistas e marcadas, quando relevante, como representando investimentos em RRD. Nos 16 orçamentos nacionais foi revisto um

1 Angola, 2017-2019; Botsuana, 2014/15-2018/19; Camarões, 2019; Costa do Marfim, 2016-2018; Guiné Equatorial, 2016-2018; Eswatini, 2014/15-2018/19; Gabão, 2014-2017; Gâmbia, 2014-2017; Gana, 2016-2018; Guiné-Bissau, 2015-2018; Quênia, 2013/14-2016/17; Namíbia, 2014/15-2018/19; Ruanda, 2016/17-2018/19; São Tomé e Príncipe, 2014-2017; Tanzânia, 2016/17-2018/19; e Zâmbia, 2015-2017.

2 Os orçamentos de capital consistem em receitas e pagamentos de capital. Eles também incluem operações nas contas públicas. Os orçamentos recorrentes rastreiam receitas e despesas contínuas, que ocorrem regularmente, seja mensal, trimestral, semestral ou anualmente.

total de 576 orçamentos públicos de ministérios, departamentos e agências governamentais (MDA). Destes, foram identificados cerca de 273 MDA como tendo orçamentado investimentos em RRD.

Em 2018, os resultados iniciais das análises dos países foram apresentados e discutidos pelas partes interessadas nacionais durante 16 seminários nacionais. Posteriormente, foram solicitadas reacções escritas a peritos nacionais seleccionados em cada um dos países, tendo os seus pareceres sido incorporados para melhorar as análises.

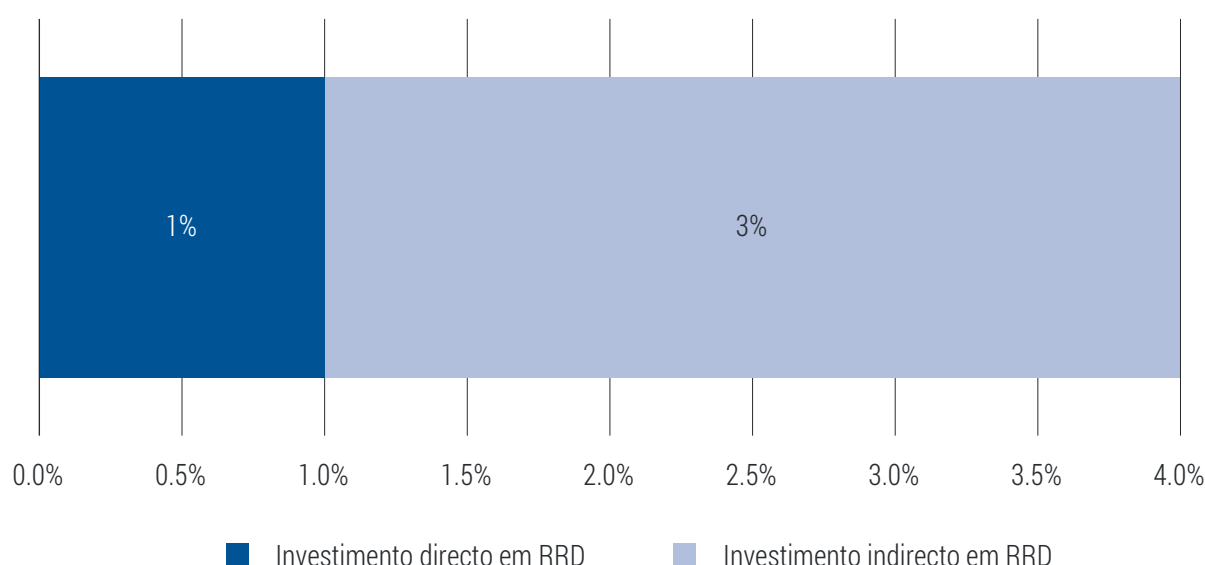
Este relatório-síntese apresenta dados sobre a quota dos investimentos em RRD nos orçamentos nacionais e subnacionais, a quota dos orçamentos directos e indirectos no total dos investimentos em RRD marcados e o foco das fontes internas e externas de financiamento no que diz respeito ao ciclo de GRD e às categorias de risco. Também identifica os sectores para os quais são canalizados os investimentos directos e indirectos em RRD em África. O relatório termina com recomendações gerais aplicáveis aos países africanos.

# Tendências dos investimentos em RRD nos 16 países africanos

## O total de investimentos em RRD representa, em média, 4% dos orçamentos nacionais nos 16 países

O total de investimentos em RRD nos 16 países representa, em média, 4% dos orçamentos nacionais (Figura 1). As despesas directas de RRD têm, em média, uma quota de 1% nos orçamentos nacionais, enquanto as despesas indirectas, contabilizadas através de actividades orçamentais que estão significativamente relacionadas com RRD mas que não são necessariamente realizadas com a RRD como objectivo principal, representam, em média, 3% das estimativas orçamentais nacionais. No entanto, as quotas de investimentos em RRD variam entre os 16 países (Figura 2), com **despesas médias anuais directas e indirectas de RRD variando entre 0,3% e 8,8%**.

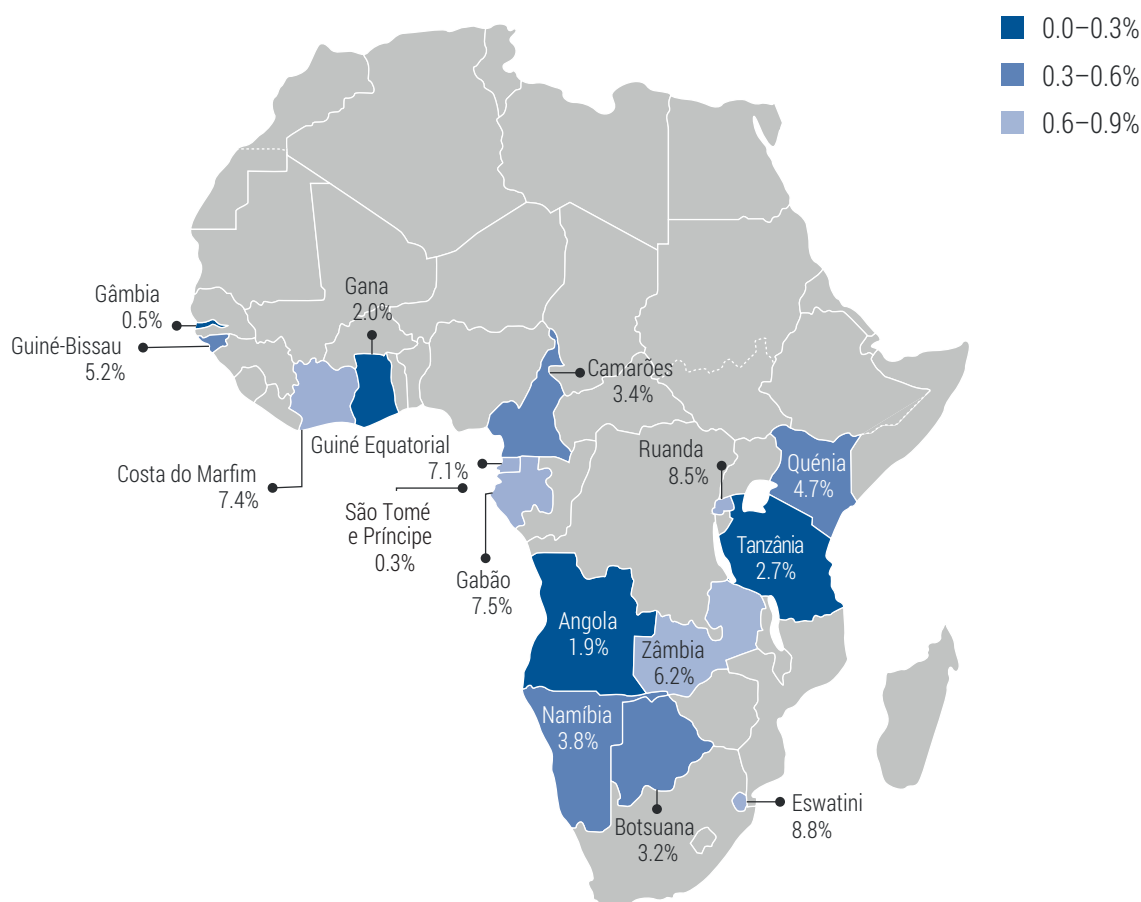
**Figura 1 : Total de investimentos em RRD, em % dos orçamentos nacionais**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

**Figura 2: Total de investimentos em RRD nos respectivos orçamentos nacionais (quota percentual média)**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

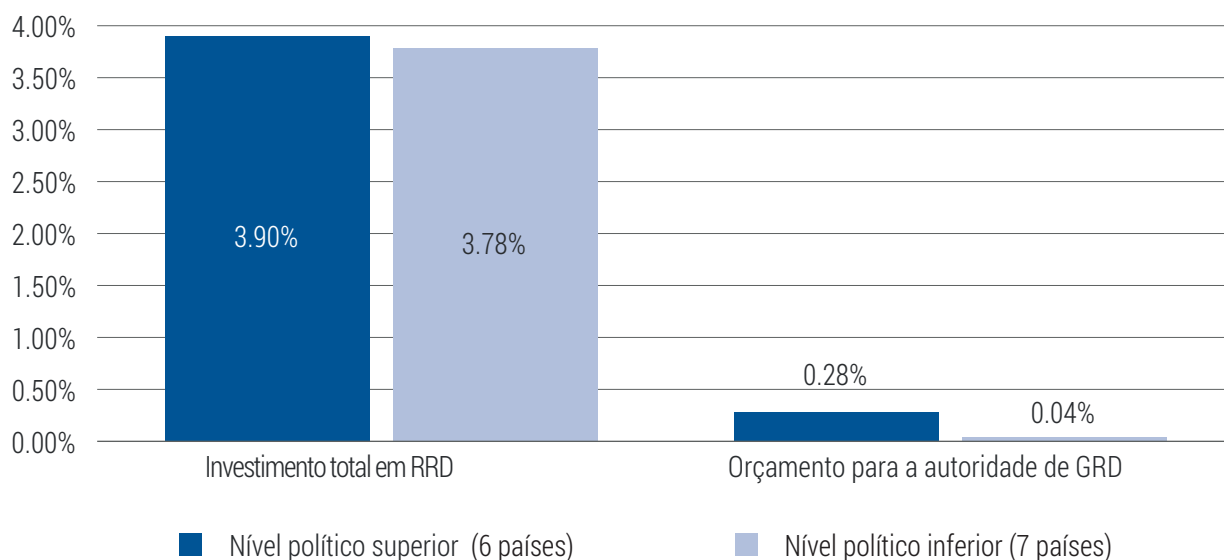
Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

## Quanto mais elevada for a função da autoridade de gestão do risco de desastres, maior será o seu orçamento e maior o investimento total em RRD

Cada um dos 16 países analisados tem uma autoridade nacional dedicada à gestão do risco de desastres e/ou uma plataforma nacional de gestão do risco de desastres reunindo diversas partes interessadas. Em seis dos 16 países, as autoridades de GRD dependem de um dos mais altos cargos políticos, estando domiciliadas no Gabinete do Presidente, Gabinete do Vice-Presidente, Gabinete do Primeiro-Ministro ou Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro<sup>3</sup>. O total de investimentos em RRD nestes países é mais elevado em comparação com os restantes 10 países africanos e os orçamentos de RRD destas autoridades, em média, são três vezes superiores aos orçamentos médios das autoridades localizadas num gabinete político de nível inferior (Figura 3). A colocação de autoridades de GRD num gabinete político de nível superior facilita a integração da RRD, incluindo a ligação das agendas políticas, e ajuda a harmonizar as prioridades concorrentes entre ministérios e entre governos centrais e locais.

<sup>3</sup> Gabinete do Presidente (Botsuana); Gabinete do Vice-Presidente (Gâmbia, Zâmbia); Gabinete do Primeiro-Ministro (Namíbia, Tanzânia); e Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro (Eswatini).



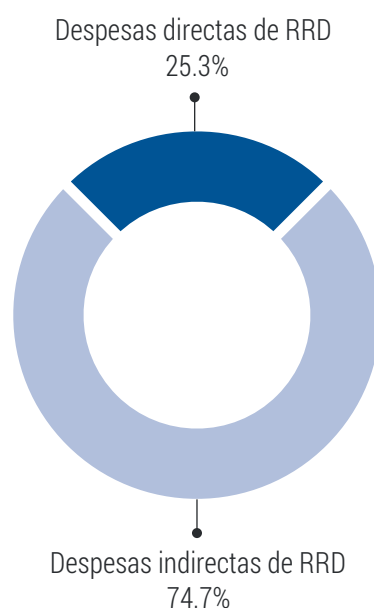
**Figura 3: Total de investimentos em RRD e orçamentos para as autoridades de GRD**

Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 13 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Notas: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro). A Côte d'Ivoire, a Gâmbia e a Guiné-Bissau não indicavam dotações para a autoridade de GRD nos seus documentos orçamentais.

## Os investimentos indirectos em RRD são três vezes maiores do que os investimentos directos em RRD

A repartição do total de investimentos em RRD entre investimentos directos e indirectos revela que, em média, um quarto do orçamento total de RRD é atribuído a investimentos directos em RRD, enquanto os três quartos restantes têm a RRD como objectivo secundário (Figura 4).

**Figura 4: Investimentos directos e indirectos em RRD**

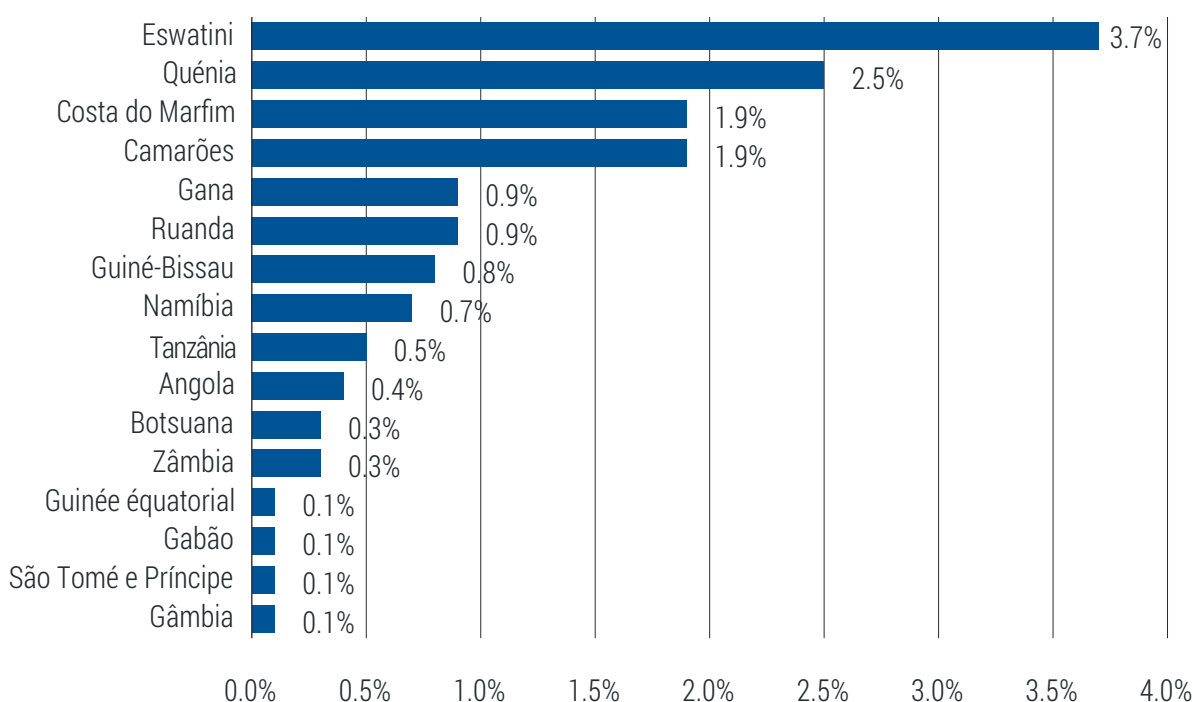
Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

## Os investimentos directos em RRD variam de 0,1% a 3,7% dos orçamentos nacionais

Nos 16 países envolvidos no projeto, os governos planearam atribuir em média 1% dos seus orçamentos nacionais anualmente para realizar acções com objectivos directos em RRD. Apenas quatro países - Eswatini (3,7%), Quênia (2,5%), Camarões (1,9%) e Côte d'Ivoire (1,9%) - destinaram mais de 1% dos seus orçamentos nacionais a investimentos directos de RRD. Os orçamentos nacionais dos restantes 12 países apresentaram dotações entre 0,1% e 0,9% para investimentos directos em RRD (Figura 5).

**Figura 5: Investimentos anuais directos em RRD por país**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

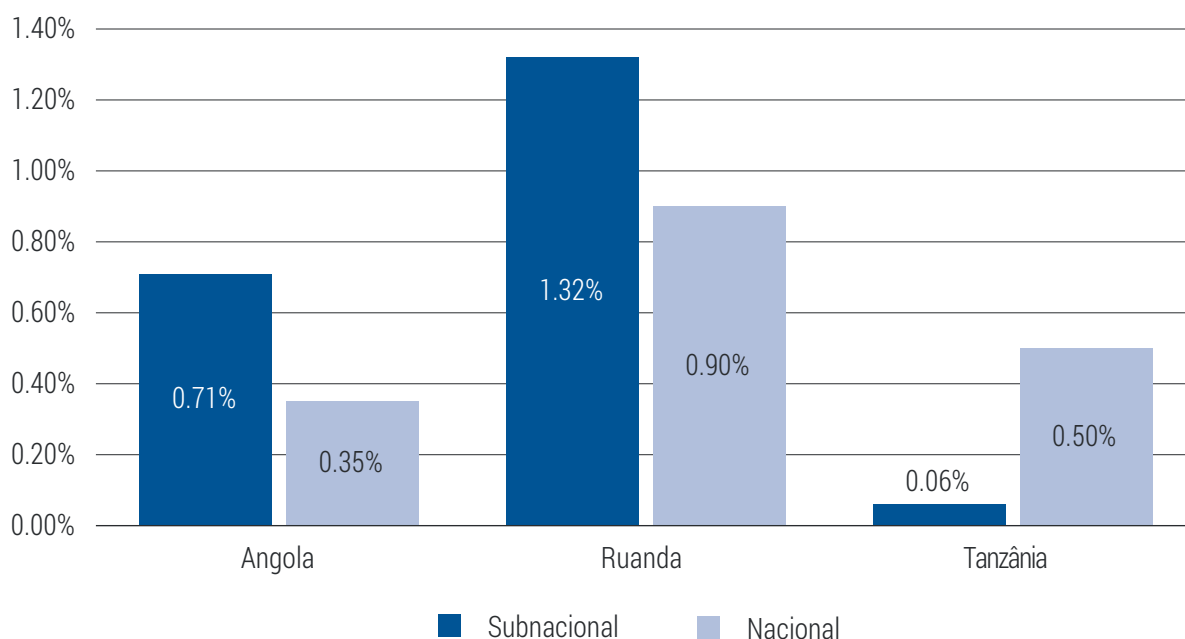
Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

## Os investimentos directos em RRD a nível subnacional desempenham um papel fundamental

Quando existem dados orçamentais a nível subnacional - como é o caso de Angola, Ruanda e Tanzânia - é possível comparar as despesas de RRD a nível local e nacional. Em dois destes três países, a percentagem da dotação directa para RRD planeada a nível subnacional como uma percentagem dos orçamentos locais é maior do que a percentagem das despesas directas de RRD planeadas a nível nacional como uma percentagem do orçamento nacional (Figura 6). Embora seja difícil tirar conclusões baseadas apenas em três casos, esta análise leva a um entendimento geral de que os investimentos em RRD ocorrem principalmente a nível local.

Um aumento das dotações orçamentais subnacionais para investimentos directos em RRD também indica que as autoridades locais têm um mandato legal de conceber e financiar intervenções de RRD; assim sendo, os investimentos dependerão do grau de autonomia dos governos locais. O papel das autoridades locais na RRD consiste, contudo, tanto em complementar as acções a nível nacional como em compreender melhor as necessidades da população afectada. Além disso, as autoridades locais podem pedir contas às autoridades nacionais sobre os seus investimentos em RRD previstos e aconselhá-las sobre a melhor forma de lidar com questões regionais que vão para além das capacidades e/ou mandatos locais.

**Figura 6: Orçamentos directos de RRD a nível nacional e subnacional nos respectivos orçamentos**



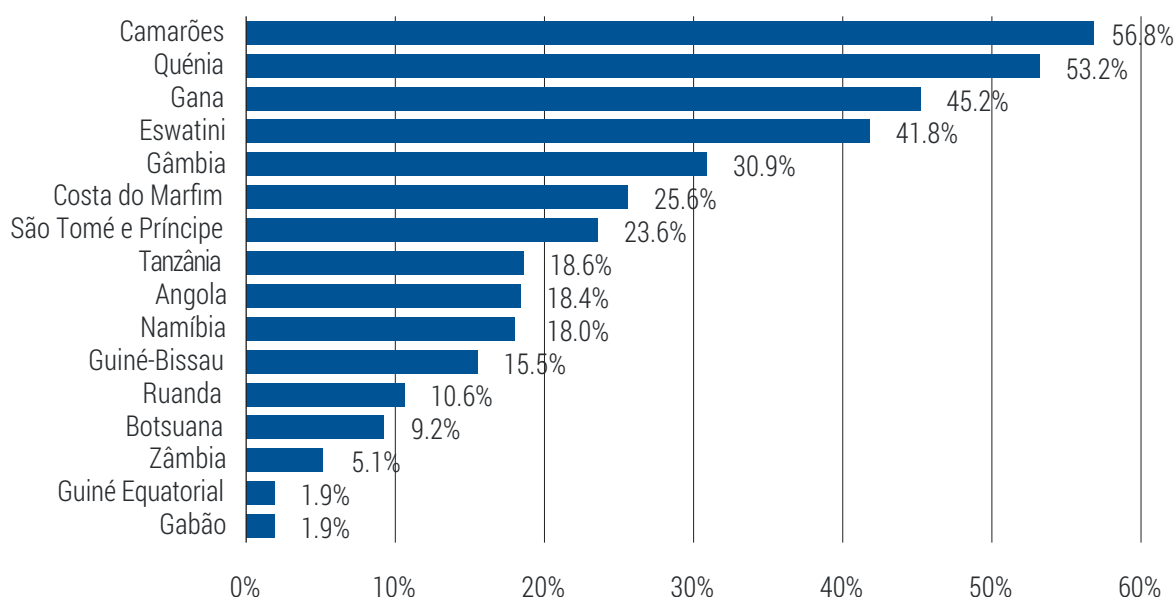
Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Exercícios financeiros abrangidos: 2017-2019 (Angola) e 2016/17-2018/19 (Ruanda e Tanzânia).

## As proporções de investimentos directos em RRD variam muito entre os 16 países

**Existem grandes diferenças entre os países quando se comparam as despesas directas de RRD planeadas nos 16 países.** Conforme os países, as despesas orçamentais planeadas com um objectivo directo de RRD variam entre 2% e 45% do total de investimentos em RRD. As excepções são o Quénia e os Camarões, cujos orçamentos directos médios de RRD representam mais de 50% do total dos investimentos em RRD<sup>4</sup> marcados (Figura 7). Em geral, estes dados estão de acordo com as expectativas, uma vez que as despesas indirectas de RRD estão frequentemente relacionadas com programas sociais e de saúde, que geralmente envolvem projectos de alto custo.

<sup>4</sup> Enquanto o Quénia tem um Fundo Nacional de Gestão de Desastres, que poderia potencialmente explicar o alto nível de investimento orientado para a RRD, o valor elevado dos Camarões poderia resultar da consideração apenas de um exercício financeiro e não de uma média ao longo de certo número de anos, como nos outros países.

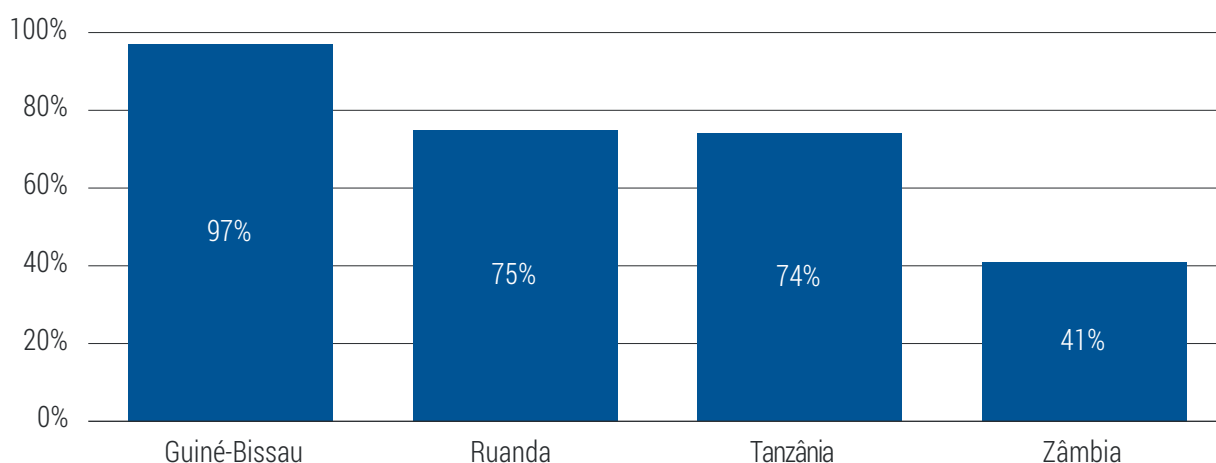
**Figura 7: Investimentos directos em RRD como percentagem das despesas totais em RRD**

Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro). Os valores dos países são reportados como médias ao longo dos anos analisados.

## O financiamento externo das actividades de RRD complementa os esforços dos governos nacionais

Em 4 dos 16 países - Guiné-Bissau, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia - os documentos orçamentais separam as fontes de financiamento internas e externas. Os dados provenientes destes quatro países indicam que a APD é utilizada para financiar, em média, mais de dois terços dos investimentos directos em RRD (Figura 8).

**Figura 8: Contribuição de financiamento externo (APD) para investimentos directos em RRD, por país**

Fonte: Iniciativas de desenvolvimento, com base em quatro relatórios de EOSR de países elaborados pela UNISDR.

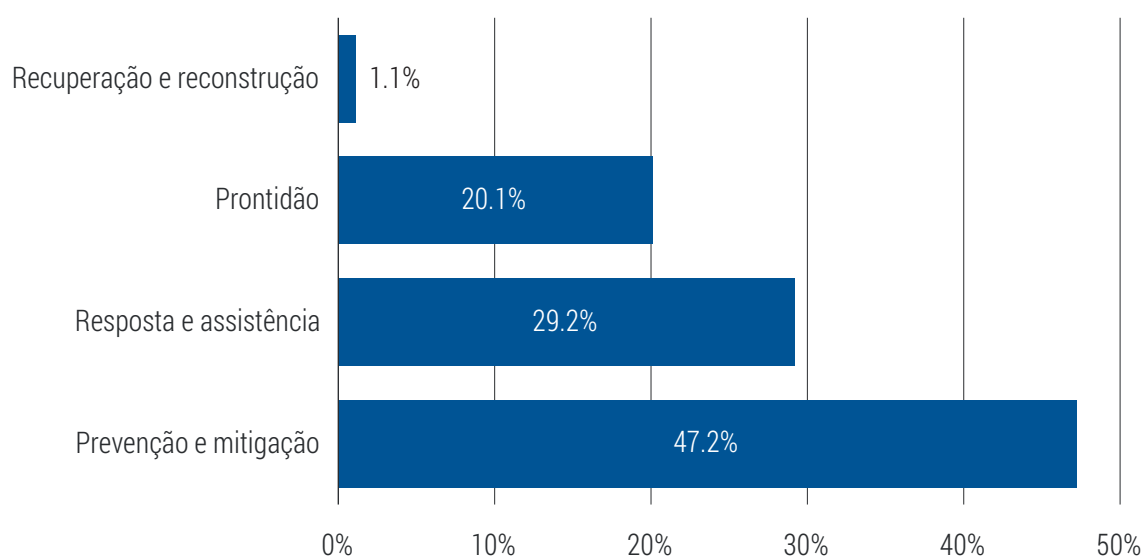
Nota: para 2015-2018 (Guiné-Bissau), 2016/17-2018/19 (Ruanda e Tanzânia) e 2015-2017 (Zâmbia).

## As despesas directas de RRD planeadas centram-se em actividades pré-catástrofe em vez de actividades pós-desastre

As análises dos 16 EOSR distinguem o financiamento de investimentos planeados para actividades pré-desastre e aqueles planeados para actividades pós-desastre. Os investimentos pós-desastre incluem rubricas orçamentais planeadas para resposta, assistência, recuperação e reconstrução, enquanto os investimentos pré-desastre visam actividades de prontidão, prevenção e mitigação de desastres.

A análise dos investimentos directos em RRD nas quatro fases do ciclo de GRD revela que os investimentos planeados em RRD estão orientados para a prevenção e mitigação (Figura 9). Mostra ainda que elevados montantes de financiamento são dotados à resposta e assistência, seguidos de prontidão, vindo por último a recuperação e reconstrução, com apenas 1%.

**Figura 9: Investimentos directos em RRD nas quatro fases do ciclo de GRD**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

Quando a análise das dotações subnacionais é possível - Ruanda, Angola e Tanzânia - verifica-se que a maior parte das dotações para investimentos em RRD está prevista para programas pré-desastre, com enfoque na prontidão no Ruanda e na Tanzânia e na prevenção e mitigação em Angola.

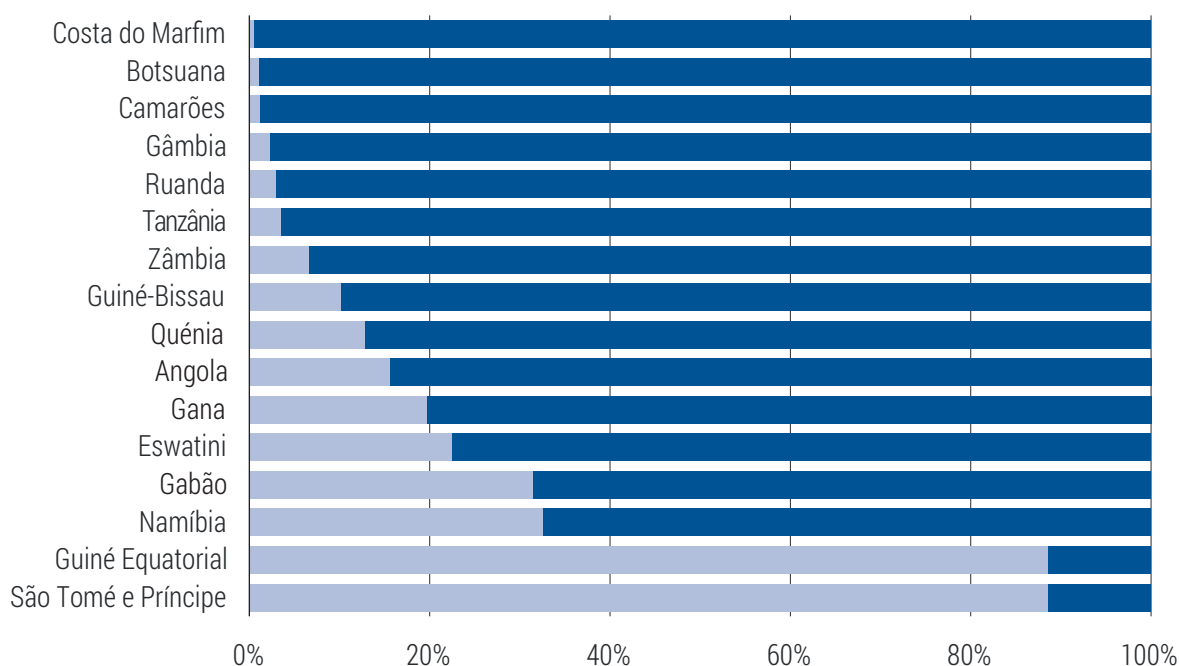
## As actividades pós-desastre são frequentemente cobertas pela assistência humanitária

Os baixos níveis de dotação de recursos planeada para recuperação e reconstrução nos orçamentos públicos nacionais indicam que os governos podem estar a gerir actividades pós-desastre com obrigações eventuais implícitas, ou que essas actividades dependem de recursos externos, como a assistência humanitária<sup>5</sup>. Quando os governos não planeiam explicitamente as obrigações eventuais, os desastres podem colocar certa pressão noutras actividades previstas. Isto sucede em particular quando os recursos externos não cobrem a reconstrução e os custos de resposta e assistência a desastres de pequena escala frequentes. Além disso, confiar em recursos externos compromete a soberania e a apropriação dos processos de reconstrução.

<sup>5</sup> Neste contexto, "obrigações eventuais implícitas" refere-se a obrigações financeiras não orçamentadas nem contabilizadas na planificação fiscal, mas que estão condicionadas à ocorrência de um desastre.

Os dados do CAD OCDE sobre o financiamento dos doadores aos 16 países para o período entre 2015 e 2017 indicam que esse financiamento está orientado para actividades pós-desastre. Fontes externas financiaram mais actividades pré-desastre (especificamente de prontidão) apenas em dois países: Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. Isto pode dever-se a um baixo nível de ocorrência de desastres em ambos os países durante o período analisado. Nos restantes 14 países, em média, 88% da assistência humanitária foi dirigida a actividades pós-emergência/desastre durante este período de três anos (Figura 10).

**Figura 10: Contribuição da APD para investimentos em RRD por fase do ciclo de GRD, 2015-2017**



Fonte: Dados sobre APD da OCDE (2020). Sistema de Notificação dos Países Credores Estatísticas de Desenvolvimento Internacional da OCDE (base de dados). Disponível em <http://stats.oecd.org/qwids/>.

As sobreposições entre os investimentos em RRD e na adaptação às alterações climáticas apelam à criação de coerência entre os quadros internacionais

## As sobreposições entre os investimentos em RRD e na adaptação às alterações climáticas apelam à criação de coerência entre os quadros internacionais

Os investimentos em RRD têm frequentemente que competir com outras áreas prioritárias por falta de recursos. Os investimentos em RRD estão, contudo, intrinsecamente interligados com o desenvolvimento sustentável. **Tais sobreposições implicam a necessidade de criação de coerência, particularmente entre a Agenda Global 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres.**

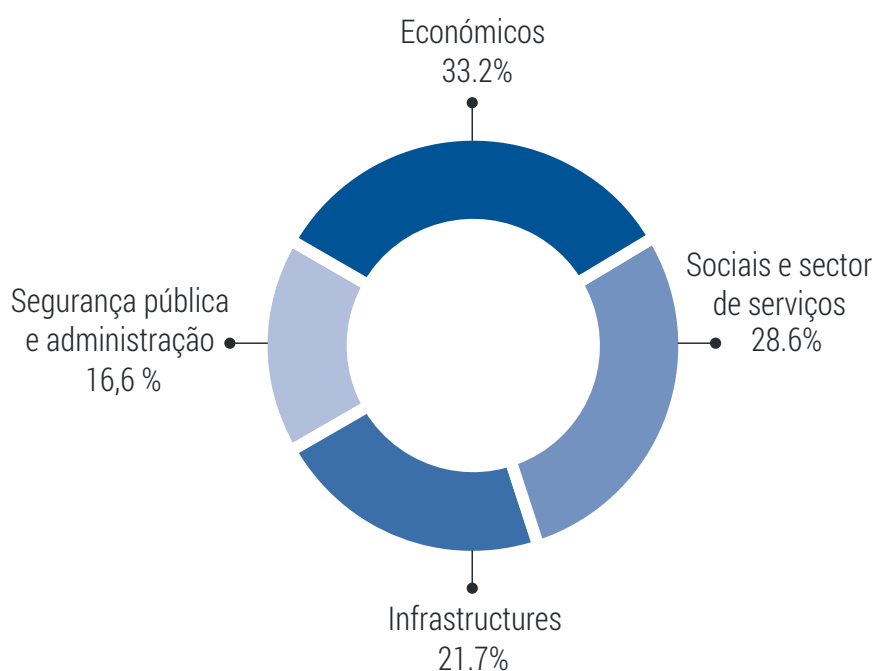
**Quase metade dos países analisados neste estudo tinham dotações orçamentais para actividades de RRD com objectivos explicitamente declarados em matéria de alterações climáticas, principalmente sob a tutela dos ministérios responsáveis pelo ambiente.** A análise verificou que 49 dos 213 investimentos directos em RRD podiam ser qualificados como programas de adaptação às alterações climáticas (AAC). Olhando para estes 49 programas coerentes RRD/AAC, apenas 9 dos 16 países (Angola, Camarões, Côte d'Ivoire, Eswatini, Gana, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia) os tinham declarado explicitamente como sendo RRD e AAC.



## A maior parte dos investimentos directos em RRD está concentrada no sector económico

A maior parte dos investimentos directos em RRD - mais de 33% do total - foi canalizada através do sector económico, com a agricultura e a planificação económica à frente. O **sector social**, que inclui a saúde e educação, recebeu em média 29% das dotações orçamentais directas para RRD. Os restantes 38,3% dos investimentos directos planeados em RRD foram repartidos entre infra-estruturas, segurança pública e administração (Figura 11).

**Figura 11: Investimentos directos em RRD, por sector**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o5 país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

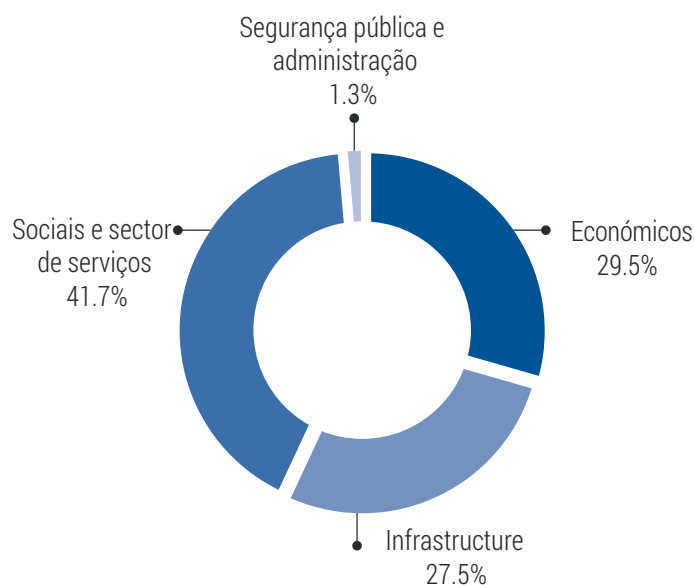
A análise dos sectores por instituições mostra que, na totalidade dos 16 países, o sector social é dominado em grande parte pelo Ministério da Saúde. O sector económico é dominado pelos ministérios da economia e plano e da agricultura, e o sector das infra-estruturas por ministérios como o das obras públicas. Os investimentos em RRD orientados para a segurança pública e o sector administrativo estão ligados principalmente ao ministério do interior e ao gabinete do presidente ou do primeiro-ministro.

## A maioria das despesas indirectas de RRD estão concentradas no sector social

A RRD é uma questão transversal a muitos sectores. A análise dos investimentos indirectos em RRD fornece uma indicação adicional de quais os projectos que poderiam responder às vulnerabilidades subjacentes. Projectos como a redução da pobreza ou redes de segurança social, trazem inegavelmente vantagens em termos de objectivos de RRD. Compreender se as ligações com projectos sociais foram concebidas com uma visão de RRD também dá uma indicação do nível de integração da RRD.

**O sector líder para investimentos indirectos em RRD é o social** (Figura 12), com uma participação de 42%; este sector é normalmente dominado pelo Ministério da Saúde. A seguir, a maior proporção de investimentos significativos em RRD encontra-se no sector económico (30%), com o Ministério das Finanças na liderança. Os investimentos indirectos em RRD no sector das infra-estruturas (28%) tendem a ser repartidos entre vários ministérios, entre os quais as obras públicas, os transportes e as comunicações.

**Figura 12: Investimentos indirectos em RRD, por sector**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento, com base em 16 relatórios de EOSR nacionais elaborados pela UNISDR.

Nota: Os exames orçamentais abrangem três a cinco exercícios financeiros, conforme o país (excepto o dos Camarões, que abrange apenas um exercício financeiro).

# Recomendações políticas

- Com níveis elevados de riscos de desastres actuais e emergentes nos países da África Subsaariana, o aumento das dotações orçamentais para investimentos directos na RRD é essencial para reduzir o risco de desastres naturais relacionados com perigos naturais e para ajudar os países a tornarem-se mais resistentes aos desastres.
- São necessários tanto investimentos directos como indirectos em RRD para enfrentar as vulnerabilidades que exacerbem os riscos e devem ser planeados de forma complementar.
- O primeiro passo para a integração da RRD consiste em assegurar que os investimentos são documentados quanto aos riscos em todas as áreas temáticas e sectores, o que é vital para o desenvolvimento sustentável.
- Os investimentos em RRD e AAC devem ser coerentes e unir esforços em vez de estarem a competir por recursos financeiros limitados.
- Para a gestão holística e financeiramente sustentável do risco de desastres é necessário concentrar-se na elaboração de uma base de ferramentas de financiamento do risco que leve em conta todas as fases do ciclo de gestão do risco.

# A via a seguir para os EOSR

## Utilidade actual dos EOSR e sugestões de melhorias metodológicas

- Os dados orçamentais deveriam ser discriminados por subprogramas, projectos e actividades, por fonte de financiamento e por despesa, a nível nacional e regional, o que permitiria uma marcação orçamental eficiente e precisa dos investimentos directos e indirectos em RRD.
- Os investimentos em RRD deveriam ser explicitamente declarados como tal e codificados como rubricas orçamentais, o que significa que se poderia evitar a categorização subjectiva das componentes dos investimentos em RRD.
- Contrariamente às estimativas orçamentais previstas, os dados sobre as despesas reais permitiriam uma melhor compreensão dos investimentos reais, por oposição às despesas planeadas.
- A análise dos investimentos por tipo de risco, complementada por uma análise de avaliação do risco que tome em conta os danos e perdas, permitiria a realização de análises de custo-benefício para determinar a rentabilidade.
- O acompanhamento contínuo dos orçamentos de RRD, tanto directos como indirectos, permitiria a monitorização dos progressos dos investimentos em RRD e a utilização dos relatórios de EOSR como linha de base para a avaliação.

# Bibliografia

OCDE (2020). Sistema de Notificação dos Países Credores Estatísticas de Desenvolvimento Internacional da OCDE (base de dados). Disponível em <http://stats.oecd.org/qwids/>.

Polacófono, H. (1999). Contingent Government Liabilities: A Hidden Fiscal Risk. *Finance and Development*, vol. 36, N° 1 (Março). Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1999/03/polackov.htm>.

UNISDR (2020) *Angola: Exame orçamental sensível ao risco* UNISDR (2020) *Botsuana: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Camarões Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Côte d'Ivoire: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Guiné Equatorial Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Eswatini (Reino de): Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Gabão: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Gâmbia: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Gana: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Guiné-Bissau: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Quénia: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Namíbia: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Ruanda: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *São Tomé e Príncipe: Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2020) *Tanzânia (República Unida da): Exame orçamental sensível ao risco*

UNISDR (2018) *Zâmbia: Exame orçamental sensível ao risco*

[www.undrr.org](http://www.undrr.org)

Esta publicação foi produzida com a assistência da União Europeia e o apoio de Iniciativas de Desenvolvimento.

O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, não podendo de forma alguma ser considerado como reflectindo as opiniões da União Europeia.

O material contido no presente documento está sujeito a direitos de autor. Como o UNDRR incentiva a disseminação dos seus conhecimentos, este trabalho pode ser reproduzido, no todo ou em parte, para fins não comerciais, desde que lhe sejam atribuídos todos os créditos.

UNDRR (2020). *Investimentos para a Redução do Risco de Desastres em África – Evidências de 16 Exames Orçamentais Sensíveis ao Risco.*